

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário de São Paulo

Class.: _____

Data: 14/06/82

Pg.: _____

Funai debaterá em Roraima área dos ianomamis

BRASÍLIA — O grupo de trabalho criado pela Funai para estudar o funcionamento administrativo da área indígena dos ianomamis deverá se deslocar para Boa Vista (RR), onde vai discutir o problema com missionários, sertanistas que trabalham em Roraima e integrantes da Comissão de Criação do Parque Ianomami (CCPI).

A promessa foi feita pelo presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, à coordenadora da CCPI, Cláudia Andujar. Esta informou ainda que a CCPI formará um grupo de pessoas, entre médicos, enfermeiros e indigenistas, com vistas a assinar convênio com a Funai para trabalhar junto aos postos indígenas que vão ser instalados na área interdita.

Até agora, disse Cláudia Andujar, a Funai "convocou cerca de 180 pessoas para trabalhar com os ianomamis". Entre os futuros contratados para esse trabalho a Funai convocou índios uapixanas.

A coordenadora da CCPI espera que a Funai "não siga padrões tradicionais na estruturação administrativa da área ianomami", alertando ainda que o primeiro trabalho a ser feito é de vacinação dos 8.500 ianomamis que vivem no Brasil (10 mil vivem na Venezuela). Além da vacinação, Cláudia Andujar sugeriu ainda à Funai um "trabalho urgente na área periférica do território indígena, onde sempre houve invasões". Suas sugestões foram feitas através de um relatório entregue ao presidente da Funai.

Do relatório constam também informações sobre a atual situação de contato dos ianomamis e a questão de saúde que, segundo Cláudia Andujar, "é muito delimitada, porque numa mesma área vivem índios que já sofrem as consequências de um contato desastroso, apresentando tuberculose, e outros índios completamente arredios, sem nenhuma defesa contra as doenças ocidentais".

APOIO

O grupo formado por líderes indígenas da região Norte, que se reuniu em Brasília na última semana, entregou um documento ao presidente da Funai reivindicando a criação do Parque ianomami. Segundo a coordenadora da CCPI — o próximo passo "para a concretização do parque deverá ser dado através de um decreto presidencial reconhecendo a área interdita pelo ministro Andreazza como de ocupação indígena".